

## OS MILITARES E A POLÍTICA DE 1945 A 1985

**Vitor de Souza Caetano**

Cadete do Curso de Engenharia da AMAN

**Everton Araujo dos Santos**

Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela PUC-Rio. Atualmente é professor de Sociologia da AMAN

### RESUMO

Realizou-se um estudo sobre o papel dos militares na política brasileira durante o período da 1945 a 1985. Observou-se os fatos históricos objetivamente, a fim de mostrar as Forças Armadas, principalmente o Exército, como um poder político atuante nos momentos mais difíceis da República. A importância das Forças Armadas é apresentada de duas formas: a atuação e o papel dos militares. A atuação diz respeito aos feitos mais importantes e marcantes realizados pelo Exército na história brasileira, divididos entre ações de combate e de desenvolvimento nacional. Já o papel se refere à ação dos militares na política, quando se buscou compreender a legalidade e a legitimidade dessa ação.

**Palavras-Chave:** Militares. Política. Atuação e Papel.

### ABSTRACT

The aim of this study is to show the military function on the Brazilian politics from 1945 to 1985. Looking historical facts impartially, showing how we can view the Military forces, mainly the Army, like a political power active in the hardest moments of Republic. The importance of Armed Forces was showed on two ways, the operation and the function. The operation are most important and striking works that the Army has done on Brazilian history, they are divided between combat action and national development. The function is what the military mean in the politics and the legal and legitimate explanation for this importance. The work has contained searches in books, discourses, newspapers and interview.

**Key Words:** Military. Politics. Operation and Function.

### 1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro, em toda a sua história, apresentou-se como a base da construção e do desenvolvimento da Nação brasileira. O General-de-Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, quando Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, afirmou que o “Exército Brasileiro tem seu nascimento na primeira Batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648. A par da sua missão constitucional, passou a escrever páginas importantes da história do desenvolvimento do Brasil, visando à integração do seu imenso território” (FIGUEIREDO, 2014, p. 13). Desde os seus primórdios, essa Instituição defendeu os ideais do povo, sempre se caracterizando, em todas as suas ações, pela legalidade e pela legitimidade. Inúmeras foram as vezes em que a Nação clamou para que o Exército a ajudasse a sair de alguma crise e, em todas elas, os militares cumpriram muito bem a sua missão de Força Armada brasileira.

Vemos que, após a Guerra da Tríplice Aliança, os militares tiveram uma maior e crescente importância no contexto nacional. A atuação nesta guerra fez dos combatentes heróis que dedicaram sua vida ao cumprimento do dever. Suas ações fizeram o povo crer ainda mais na Instituição, dando às Forças Armadas credibilidade e importância, tanto que tem se caracterizado como um poder responsável pelo equilíbrio dos outros, conforme ressalta Alfred Stepan (1975, p. 59): “os militares

constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade e funcionamento normal dos três poderes constitucionais: o executivo, o legislativo e o judiciário”.

As Forças Armadas se tornaram uma tipo de poder moderador, sempre atendendo aos anseios nacionais, como explica Thomas Giulliano no Filme Brasil Paralelo ao falar do Regime Militar: “Os militares, ao invés de serem apenas o poder moderador que foram desde 1889, buscaram, eles mesmos, ser o poder executivo e o poder moderador” (BRASIL PARALELO, 2019, 1h 59min 38s). Segundo Carvalho (2005, p. 42), no Brasil já houve uma “ideologia do poder moderador das Forças Armadas”. Edmundo Campos Coelho (2000, p. 83) afirma que “as intervenções militares, inspiradas por qualquer facção ou propósito, são por definição desempenho de função moderadora”.

Na República, seu papel se mostrou ainda maior, influenciando direta ou indiretamente no rumo da política. Carvalho (2005, p. 41), citando Bertholdo Klinger, registra que o “Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”. Os episódios que tiveram ocasião entre 1945 e 1985 é que serão objeto de estudo deste trabalho. Veremos a importância do Exército Brasileiro durante a Guerra Fria, não só no campo estratégico, mas também no político e no social. O que essa instituição representou à Nação durante esse período? O que foi feito para o desenvolvimento nacional, para a preservação da República e em prol da população?

A relação entre o Brasil e o Exército é tão íntima que o seu lema hoje, “Exército Brasileiro – Braço Forte, Mão Amiga”, está ligado às palavras da Bandeira Nacional. Ordem e progresso consubstancia o trabalho que vem realizando ao longo da história do Brasil. Para manter a ordem foi necessário utilizar do Braço Forte em inúmeras ocasiões e para o Progresso foi necessária a Mão Amiga, que trouxe o desenvolvimento nacional.

A justificativa desta pesquisa se verifica nos feitos do Exército e na visão que a sociedade tem dele, podendo levar este assunto ao conhecimento daqueles que não viveram aqueles tempos, principalmente os membros das Forças Armadas.

## **2 METODOLOGIA**

Para embasar todo o raciocínio que mostra a importância do Exército para a Nação e o seu papel diante da política, foi feita uma pesquisa seletiva de dados e de informações em livros que possuem documentos, jornais, entrevistas, relatos e discursos feitos durante o período estudado. São informações que ajudam a entender como os militares eram vistos na época, de acordo com o contexto histórico, evitando o estudo isolado pelas percepções de mundo atuais. Outras fontes importantes foram as Constituições e leis que mostram como a Nação enxergava a função das instituições públicas à época. A análise foi restrita aos anos de atividades militares na política no período da Guerra Fria, mais precisamente entre 1945 e 1985.

O objetivo principal desta pesquisa foi realizar um estudo dos feitos, do emprego real, bem como do papel do Exército Brasileiro durante o período.

Para atingir tal objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: descrever a atuação dos militares tanto no combate quanto em ações de integração e desenvolvimento e mostrar o papel das Forças Armadas no jogo político brasileiro.

Em relação à instrumentalização da pesquisa, foi adotado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e histórica. Os dados coletados permitiram levantar as principais ações dos militares entre 1945 e 1985.

A realização dessa pesquisa torna possível a divulgação de fatos e feitos do Exército Brasileiro em um período pouco discutido no meio acadêmico.

## **3 ATUAÇÃO DO EXÉRCITO**

Para melhor compreendermos este trabalho, é necessário lançarmos um olhar para o período de duas formas diferentes, uma pelo aspecto do “Braço Forte” e outra pelo da “Mão Amiga”. Podemos traçar um paralelo entre essa frase e o que está escrito na Bandeira Nacional. O Braço Forte manteve a Ordem nesse período conturbado e a Mão Amiga trouxe e garantiu o Progresso da Nação.

Podemos dizer que o Exército Brasileiro foi um dos maiores vetores de desenvolvimento do Brasil e uma das mais fortes e eficientes Forças Armadas do mundo; isso se deve graças ao trabalho da Engenharia Militar, das Comunicações e por suas ações cívico-sociais. Hoje devemos olhar para o passado, para os feitos dos militares que deixaram seu sangue e seu suor em busca de uma Nação maior e mais forte, observando o pensamento e o contexto histórico da época, de forma que o sacrifício e o trabalho deles seja percebido pelo seu real valor.

Ainda hoje, a Engenharia do Exército é respeitada por todos os setores da sociedade brasileira e internacional pelos seus feitos tanto em suas obras nacionais quanto nas missões de paz no exterior. Esse respeito se deve muito a tudo que foi feito durante esse período da Guerra Fria, no qual, por meio da “Operação Presença”, foi levado o desenvolvimento a muitos locais dessa imensa Nação. Uma das principais atuações da Engenharia foi a criação de milhares de quilômetros de linhas férreas, sendo as principais as ferrovias do “Tronco Principal Sul”.

Como exemplo de integração e desenvolvimento nacional, podemos citar a criação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC), criado pelo Decreto nº 56.629, do Ministério da Guerra, de 30 de julho de 1965. Na cidade escolhida como sede não havia instalação física, e as adversidades ambientais, as doenças tropicais e a falta de estrutura de lazer, saúde e educação mostram que antes do Batalhão começar sua jornada, Porto Velho era apenas um local esquecido pelos governantes brasileiros. (FIGUEIREDO, 2014, p. 125).

A jornada do “Quinto” deixou para trás um rastro de desenvolvimento. A primeira fase dessa saga foi o trecho Rio de Janeiro-Cuiabá, onde “deu-se início à maior e mais difícil marcha rodoviária da história recente do Exército Brasileiro.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 127). Nessa parte do deslocamento foram realizadas inúmeras recuperações nas estradas.

Na segunda fase, Cuiabá-Porto Velho, as estradas eram precárias. Segundo Washington Machado de Figueiredo (2014, p. 129), “Eram trilhos lamacentos com sulcos de passagem aprofundados e em muitos trechos a selva engolira a estrada invadindo-a gulosamente de ambos os lados.”, fazendo com que inúmeras vezes se fizessem necessários reparos nas estradas e pontilhões. Os igarapés e os rios foram grandes obstáculos. Como a mobilidade é característica da Arma de Engenharia, esses obstáculos não impediram a passagem. Como cita o Manual C5-1 (1999, p. 1/3) “Mobilidade é o conjunto de trabalhos desenvolvidos para proporcionar as condições necessárias ao movimento contínuo e ininterrupto de uma força amiga.”

“Nos últimos 350 km para chegar a Porto Velho havia aproximadamente 92 pinguelas, conforme informação do morador da região – André Moreira Nunes – sem contar as pontes maiores e os pontilhões. Sendo que em sua maioria suas madeiras estavam a muito apodrecidas.” (FIGUEIREDO, 2014, p.131 e 132).

Após 39 dias de viagem, o 5º BEC, enfim, terminava a sua marcha. A população vislumbrava o progresso chegando junto com o Batalhão. Aquele povo sofrido tinha a esperança de ter chegado o tão desejado desenvolvimento. A jornada do Exército, desbravando o interior do Brasil, não se resume somente a esta que aqui relatamos.

Alguns outros importantes números sobre obras militares até 1996 devem ser destacados. De acordo com o Manual Escolar de História do Brasil (2011, p. 328), foram realizadas:

- Obras Rodoviárias: implantação de 11400 quilômetros de estradas.
- Obras Ferroviárias: 3500 quilômetros.
- Obras de Arte especiais: 47300 quilômetros de pontes e viadutos.
- Obras diversas: 18 quartéis, 5200 residências e 43 aeroportos (AMAN, 2011, p. 328).

Esses números expõem um difícil trabalho essencial para a Nação realizado pelos militares. Ainda podemos destacar que esses trabalhos possibilitaram o desbravamento, o conhecimento e a ocupação do interior, como o trecho Santarém-Cuiabá ou a BR-230, a Transamazônica.

Após a participação brasileira na segunda guerra mundial, as Forças Armadas foram valorizadas e a população enxergou nelas a esperança de um Brasil melhor. Não era para ser diferente, pois os militares tiveram um papel importante no cenário político através de uma atuação forte, presente e desenvolvidora, conforme veremos adiante, buscando soluções para os problemas nacionais. “O Exército brasileiro tem sido politicamente a mais poderosa das três Forças Armadas no século XX. Sua atividade, muito mais do que a da Marinha ou a da Aeronáutica, foi decisiva nas crises entre civis e militares” (STEPAN, 1975, p. 25).

Após o início do Regime Militar, o Exército deu início a uma operação chamada “Operação Presença”, quando espalhou Unidades Militares por locais com maior probabilidade de insurreição (STEPAN, 1975, p. 25).

Podemos dizer que em algumas localidades a única presença do Estado é o Exército, e para a população desses locais, ele seria o melhor caminho para condições socialmente dignas de vida. Segundo o Marechal Cândido Rondon:

No Brasil do meu tempo, era o Exército, para o jovem de família pobre, a única instituição, presente em todo o território do País, que lhe garantia e estimulava os estudos, abrindo-lhe caminho para ascender na vida pelo próprio valor, nas atividades militares, como nas civis, em que muitos adquiriram grande projeção nacional (TAVARES, 1985, Capa).

A população, principalmente a mais pobre, enxergava no Exército, além da esperança de um país melhor, um meio de ascensão social e, motivos pelos quais essa Instituição sempre teve grande credibilidade. As origens populares dos quadros dessa Força fizeram com que fosse visto como o “povo fardado”, ou seja, os militares eram percebidos como uma elite mais acessível quando comparados às outras. Isso acontece pelo fato de que, dentro de suas fileiras, as origens sociais, as etnias e os credos não diferenciam seus integrantes, todos enquadrados em uma mesma hierarquia, tendo as mesmas oportunidades, independentemente de suas origens. Segundo Alfred Stepan (1975, p. 15), o General Lyra Tavares comentou que:

[...] inquestionavelmente uma parte do povo, talvez a mais representativa, porquanto dentro de suas fileiras se misturam as classes, se igualam os padrões sócias, se ignoram os credos e os partidos políticos, se esquecem as diferenças e as desigualdades entre os homens... O Exército... tem sido, desde os primórdios da nação, o grande escudo que mantém a unidade da pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão deste arquipélago de províncias cuja tendência era permanecerem isoladas, cada uma com suas peculiaridades (STEPAN, 1975 p. 15).

Além de integrar, é de suma importância ressaltarmos que essa Instituição sempre teve a função de formar o cidadão brasileiro. Educando-os, ensinando o básico da convivência em sociedade e alfabetizando, tornando os quartéis “grandes salas de aula”. “As publicações oficiais brasileiras fazem frequentes alusões ao enorme número de analfabetos que entram para o Exército cada ano e que somente são dispensados depois de alfabetizados” (STEPAN, 1975 p. 17). Esse é um dos motivos de os militares terem em suas ações um alto nível de credibilidade, garantindo-lhes legitimidade e a possibilidade de agir como um “quarto poder” na estrutura republicana brasileira.

Nem só de Mão Amiga foi a atuação do Exército Brasileiro durante a Guerra Fria. O Progresso necessita de Ordem, e muitas foram as ocasiões em que se fez necessário utilizar o Braço Forte. Os impactos dessa guerra ideológica travada entre EUA e URSS tiveram graves consequências no território nacional. Infelizmente sangue brasileiro foi derramado em uma época complicada. Para

entender o que ocorreu nesse momento, devemos analisar o contexto global e ver os fatos em seu tempo, não os tirando de seu contexto.

Após a Intentona Comunista em 1932, viu-se uma ameaça real da implantação do Comunismo no Brasil. As tentativas de tomada do poder por essas facções terroristas não podem ser ignoradas. Muitas ações dos militares tiveram a intenção de barrar o avanço da esquerda revolucionária. Para evitar uma guerra civil, foram utilizados meios pacíficos por meio de inteligência e de combate, para derrotar os focos guerrilheiros.

Carlos Marighela disserta sobre a guerrilha em seu Manual do Guerrilheiro Urbano:

A crise estrutural crônica característica do Brasil de hoje, e sua resultante instabilidade política, são as razões pelo abrupto surgimento da guerra revolucionária no país. A guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural (MARIGHELA, 1969, p. 4).

As Guerrilhas Urbana e Rural foram o principal problema dessa época, foram o motivo para o recrudescimento das ações militares. Segundo a Revista Aventuras na História, ed. 47, de julho de 2007, cerca de 1400 pessoas se engajaram em cerca de 19 organizações clandestinas que se propunham a derrubar o governo militar brasileiro. Ou seja, os Partidos Comunistas utilizavam muitos brasileiros como massa de manobra para tentar alcançar seus objetivos. Convenciam jovens a se engajarem em uma guerra perdida, a sacrificar tudo que possuíam em prol de uma revolução.

Os guerrilheiros urbanos se caracterizavam pelos atentados nos quais ficavam evidenciadas as características do terrorismo, conforme o conceito da Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional:

**Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral**, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los. (Resolução 49/60 da Assembleia Geral, p. 3)

A guerrilha urbana propunha uma luta de classes que teria como resultado uma ditadura comunista nos moldes da implantada em Cuba. Apesar de hoje os ex-integrantes pregarem que lutaram pela democracia ou pela liberdade, ao analisar as ações, documentos e entrevistas da época, verificamos que a luta tinha objetivos claros de tomada do poder. Conforme as palavras do candidato à vice-presidência de 2018 Eduardo Jorge:

Hoje, eu continuo sendo socialista, portanto, de esquerda, mas sou uma pessoa que acredita que a democracia é uma questão essencial, coisa que nós, na época da esquerda leninista etc., nós não considerávamos. Nós éramos pela ditadura do proletariado. Nós éramos contra a ditadura militar, mas éramos a favor da ditadura do proletariado. Isso aí é preciso dizer a verdade toda. E às vezes eu ouço meias verdades. Como a ditadura militar nos oprimiu barbaramente, de forma violenta, muitas vezes as pessoas pensam que não existia no campo da esquerda coisa igual e até pior, em vários aspectos (SOBRINHO, 2014).

Segundo o Manual de História Militar da AMAN (2011, p. 321) “o discurso que defende que as organizações da esquerda armada lutaram pelo reestabelecimento da democracia no Brasil teve início somente após a Lei da Anistia (1979)”, ou seja, é um discurso inventado após o ocorrido para esconder o verdadeiro propósito dos comunistas em solo brasileiro e tentar fazer daqueles que pegaram em armas heróis da liberdade, como escreveu Marighela:

É necessário que todo guerrilheiro urbano tenha em mente que somente poderá sobreviver se está disposto a matar os policiais e todos aqueles dedicados à repressão, e se está verdadeiramente dedicado a expropriar a riqueza dos grandes capitalistas, dos latifundiários, e dos imperialistas (MARIGHELA, 1969, p. 07).

O Manual de História Militar da AMAN (2011) cita como atos terroristas ocorridos no período os atentados a bomba (cerca de 40), assaltos a bancos, residências e carros forte (cerca de 154), roubo de armas em quartéis, assassinatos de militares, sequestros de embaixadores e aviões. Segundo Marighela (1969, p. 46), “o terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar”.

Conforme Ustra (2007), o atentado ao Aeroporto de Guararapes foi um dos mais graves realizados pela guerrilha urbana, visto que ele foi planejado para vitimar o Marechal Costa e Silva e com ele inúmeras pessoas que o esperavam no aeroporto. Por uma pane, o marechal não foi de avião, o que fez com que o público que o esperava se retirasse. Momentos depois houve uma explosão, mais um atentado em Recife de responsabilidade dos terroristas comunistas. Infelizmente essa gerou vítimas, um total de 15. As seis bombas anteriores não causaram vítimas, elas foram colocadas no prédio dos Correios e Telégrafos, na residência do comandante do IV Exército e uma bomba que falhara encontrada na Câmara Municipal, todas essas no mesmo dia, 31 de março de 1966. Cinquenta dias depois outros três artefatos foram lançados na Assembleia Legislativa. Isso mostra que o objetivo era gerar pânico na população, deixá-la insegura para que os ideais comunistas pudessem dominar.

Outro ato que chocou a Nação foi o atentado ao QG do II Exército, realizado pelos discípulos de Marighela, que acabou com a vida do soldado Mario Kozel Filho e feriu outros militares presentes na hora da explosão, no dia 26 de junho de 1968 (USTRA, 2007, p. 192). Para este atentado, indubitavelmente foram seguidas as diretrizes do Manual do Guerrilheiro Urbano:

Os coquetéis Molotov, gasolina e artefatos caseiros tais como caixas de tubos e latas, bombas de fumaça, minas, explosivos convencionais tais como dinamite e cloreto de potássio, explosivos plásticos, cápsulas de gelatina, e munições de todo tipo são necessários para a missão do guerrilheiro urbano (MARIGHELA, 1969, p. 12).

O roubo das armas realizado pelo desertor Carlos Lamarca, no 4º RI, para abastecer a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no dia 14 de janeiro de 1969, faz parte de uma série de atentados terroristas realizados pelo mesmo grupo que realizou o atentado ao II QG e os assassinatos a mando do “Tribunal Revolucionário” do major do Exército Alemão Edward Ernest Tito Otto Maximillian von Westernhagen, em 1º de julho de 1968, e do Capitão do Exército dos EUA Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro de 1968 (USTRA, 2007, p. 199, 203).

Para financiar seus atos terroristas, os guerrilheiros realizavam ações como roubos a residências, bancos e carros forte. Ainda realizavam inúmeros sequestros de autoridades, sendo o mais notório o sequestro de Charles Burke Elbrich, embaixador dos Estados Unidos, a fim de usá-los para libertarem guerrilheiros presos.

A partir do ano de 1972, os militares brasileiros foram gradativamente extinguindo cada grupo guerrilheiro do país. Realizando, juntamente com as ações de combate, operações de inteligência, as quais foram importantes para conhecer a estrutura dos terroristas a fim de prender seus comandantes. Lício Maciel e José Conegundes Nascimento relatam que:

Em 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que, desde 1967/68, haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram, a luta armada, estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 353).

Em 1966, o PC do B assumiu o posicionamento contrário à URSS e à Fidel Castro, optando por apoiar Mao Tsé-Tung. Maciel e Nascimento (2012, p. 90) comentam sobre o documento que representa esse posicionamento do partido. O principal aspecto desse documento é o chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo:

É imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta da luta de massas. A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular (...) que implica na

necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 79).

Nas últimas linhas, um presságio sombrio atestava o início da preparação do PC do B para a luta armada: “A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas” (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 90).

O Partido Comunista do Brasil condenava o Foquismo, porém dos grupos terroristas da época foi o único que instalou um foco guerrilheiro em área rural (MACIEL, NASCIMENTO 2012, p. 358). A teoria do Foquismo é, segundo o livro ORVIL:

[...] a guerrilha deveria iniciar-se através de um pequeno núcleo – o foco – que, escolhendo lugares favoráveis no campo, procuraria, num primeiro momento, trabalhar para conhecer o terreno e estabelecer relações com a população, buscando ganhar seu apoio. Deve-se destacar que, no foquismo original, o terreno propício, preponderante para a luta armada, é o campo, de premência em locais de montanha e selvas pouco acessíveis (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 79).

Isso enfatizava que a perspectiva da vitória de uma revolução comunista viria a partir da guerrilha rural, como ocorrido na China de Mao Tsé-Tung.

Maciel e Nascimento (2012) explicam que, no ano de 1966, foram realizados os primeiros reconhecimentos para colocar em prática o plano da guerrilha e, em 1967, foi escolhida a região do baixo Araguaia. Os militantes deslocados para essa região tiveram a missão de se infiltrar no meio da população para criar uma rede de informações na região. Em 1969:

[...] criaram-se seções militares nos comitês regionais e municipais, encarregadas de selecionar os futuros “guerrilheiros”. O PC do B preparava-se para a luta. João Amazonas, com sua pena, fazia dezenas de jovens pegarem em armas e embrenharem-se nas matas do Araguaia (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 169).

Outra divisão no PC do B ocorreu em 1971; uma parte liderada por João Amazonas conduziu a implantação de um foco guerrilheiro enquanto outra parte, em São Paulo e no Estado da Guanabara, ficou em condições de ir para o campo, se necessário (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 283). Um ano depois, um militante chamado Pedro Albuquerque Neto declarou, durante os interrogatórios, que participava de um núcleo de treinamento de terroristas no município de Conceição do Araguaia. Em seu depoimento também relatou que:

Diversos militantes recrutados para a mesma missão, ao tomarem contato com a área, manifestaram interesse em dela se afastar, sendo impedidos, no entanto, por três razões fundamentais: as ameaças dos dirigentes locais, receosos de que uma possível prisão possibilitasse a descoberta da área; o medo de se perderem no interior da selva, ao empreenderem a fuga; e o receio de se entregarem às forças legais, já que os dirigentes do partido incutiam nos militantes a certeza de que seriam torturados até a morte (MACIEL, NASCIMENTO, 2012, p. 316).

O depoimento mostra que a ideia de que os militares torturariam os presos era algo incutido na mente dos militantes por parte dos dirigentes do partido. Após esses relatos, foram enviadas pequenas equipes para recolher informes da área, os quais confirmavam o depoimento de Pedro Albuquerque Neto. Foram realizadas apreensões e prisões na região, forçando o PC do B a acelerar o recrutamento de mais militantes. José Genoíno, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, foi preso e revelou detalhes da estrutura do partido comunista na região. (MACIEL, NASCIMENTO, 2012).

No dia 8 de março de 1971, os Guerrilheiros, em uma emboscada, assassinaram o Cabo Odílio Cruz Rosa. Após essa quebra de sigilo na operação de informação, foi destacado para o local pelotões da Brigada de Infantaria Paraquedista. Sucessivos embates foram acontecendo, resultando em baixas para o lado subversivo.

Ao verificar a extensão do foco guerrilheiro, o Estado-Maior do Exército decidiu enviar maior número de tropas e de apoios à região; ao mesmo tempo iniciou-se operações psicológicas na área de operações. Houve a distribuição de folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos subversivos. As forças legais continuaram a sofrer inúmeras emboscadas; em uma delas, os terroristas invadiram a base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, ferindo o Segundo-Sargento Mário Abraham da Silva que, “Logo após chamou seu sucessor, o Sargento Bonifácio, e disse-lhe: ‘A boina verde é sua, companheiro! Comande nossos homens para que a nossa pátria permaneça sempre livre e democrata’” (MACIEL, NASCIMENTO, 2012). As forças legais nesse momento já tinham o apoio da população, a qual estava preocupada com a atuação dos subversivos na região. Em outubro de 1972, as manobras com tropas convencionais na região terminaram, e, mesmo com severas perdas no partido, o PC do B continuou com sua atuação, aproveitando a saída das tropas da área, o que restituiu a liberdade de ação aos subversivos. Em 1973, o foco do partido comunista se tornou a guerrilha, isso gerou a necessidade de obter dados mais concretos da região. Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto da população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc, foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de “Sucuri” (MACIEL, NASCIMENTO, 2012).

Em outubro de 1973, os militares já tendo obtido as informações necessárias, iniciaram as operações, as quais foram descentralizadas. Logo a rede de apoio subversiva foi desmantelada e os guerrilheiros não sabiam contra quantos estavam combatendo. Ao contrário das primeiras tropas enviadas para a região, essas eram especializadas. As forças subversivas restantes da região perderam a direção política, pois esta foi desmantelada na área urbana.

Enfim, a Guerrilha do Araguaia mostrou que a esquerda no Brasil tinha a intenção de derrubar o governo para instaurar uma ditadura nos moldes da chinesa. O Exército Brasileiro, em todas essas ocasiões, demonstrou estar preparado para defender a qualquer custo a integridade da população e a soberania nacional.

#### **4 O PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

No Brasil, desde o início do século XX, existe uma linha de pensamento que considera o Exército o motor nacional, conforme Stepan (1975, p. 11), os integrantes de “uma instituição isolada, não atingida pelas vinculações de interesses que dividem a sociedade geral, estão especialmente aptos para agirem como uma força burocrática modernizante, como construtores da nação.” Essa força burocrática modernizante atuou várias vezes, principalmente de 1945 a 1985, mostrando-se como baluarte da ordem nacional, muitas vezes equilibrando, limitando e moderando embates entre cada um dos 3 Poderes.

O art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Brasil, 1988).

Segundo a Apostila de Introdução ao Estudo do Direito (AMAN, 2015, p. 77), o Poder Legislativo tem por atribuições típicas principais elaborar as leis, exercer o controle político do Poder Executivo e realizar a fiscalização orçamentária, sendo esta última tarefa exercida com o auxílio dos Tribunais de Contas.

Ao Poder Executivo cumpre o exercício da chefia de Estado, da chefia de governo e a concretização material dos interesses da coletividade, compondo estas o rol de funções típicas deste poder. Convém salientar que o Executivo realiza, atipicamente, funções primariamente confiadas aos outros dois Poderes. Ele também cria normas ao editar medidas provisórias e procede com

julgamentos sempre que decide os processos e procedimentos administrativos de sua alçada (AMAN, 2015, p. 81).

O Poder Judiciário tem como função típica o exercício da jurisdição, entendida esta como o poder de aplicar a lei ao caso concreto, com a autoridade da coisa julgada, que torna imutáveis as decisões judiciais. Competência é o limite da jurisdição (AMAN, 2015, p. 93).

O filme “1964 – O Brasil entre armas e livros”, ao se falar do Exército Brasileiro na Contrarrevolução de 1964, assevera que “Se impedimos uma revolução foi com a ajuda do quarto poder do Brasil, o Exército” (BRASIL PARALELO, 2019, 02h 04min 43s).

De acordo com art. 98 da Constituição Política do Império do Brasil de 1824, o Poder Moderador é a chave de toda a Organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos.

O papel das Forças Armadas é um assunto que entrou em pauta durante as constituintes brasileiras, sendo que explicitamente não foi delegado o poder de mediar, defender e sustentar as relações entre os poderes constitucionais (CARVALHO, 1987, p. 01). Os textos constitucionais estabelecem que é missão das Forças Armadas garantir a lei e a ordem. Não há instituição maior com poder suficiente para garantir a independência do Legislativo, Executivo e Judiciário. Se a tripartição dos poderes, sua harmonia e independência são garantidas por lei, são os militares que têm a função de manter essa condição. O general Góes Monteiro via as Forças Armadas como uma organização nacional que devia desenvolver uma política própria: “Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade”. E com mais clareza ainda: “Sendo Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército” (CARVALHO, 2015, p. 42).

Góes Monteiro foi o precursor de um projeto de Forças Armadas interventoras na década de 1930. Ele queria potencializar a capacidade política dos militares. Segundo Carvalho (2015, p. 134), “A doutrina Góes previa a eliminação da política dentro das Forças Armadas para que pudessem agir como ator político”. Sendo assim, Góes Monteiro entendia que o papel dos militares era manter a ordem, mesmo que para isso tivesse que entrar na esfera política.

Artigo 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.

O Artigo 162 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 estabelece que “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, a ordem e a lei.”

O Artigo 177 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946 estabelece que “Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.”

No Artigo 92 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, vemos que

Art 92 - As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

§ 1º - Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem.

Vemos que, excluindo as Constituições Varguista do Estado Novo de 1937, na qual, segundo José Murilo Carvalho (2005, p. 43), “retirou o famoso ‘dentro do limite da lei’, e o substituiu por ‘fiel obediência à autoridade do presidente da República’”, e a de 1988, todas as Constituições brasileiras passaram para as mãos do Exército o poder de garantir o funcionamento dos poderes constitucionais. Porém, retirar da constituição a frase “dentro dos limites da lei” e colocar as Forças Armadas totalmente subordinadas ao Executivo, não exclui a legalidade nas ações militares; ou seja, se uma ordem presidencial for dada e ela for contrária à lei, os militares devem seguir fiéis à legalidade mesmo que isso descumpra a ordem presidencial.

Com o fim do Estado Novo, houve um embate entre os militares e os civis acerca da delimitação do papel político das Forças Armadas, quando os civis tentaram retirar a essência da atuação política dos militares por meio do ordenamento jurídico. Carvalho (2005, p. 133), referindo-se à Constituição de 1988, chegou a afirmar que um dos temas que iria despertar grande controvérsia seria a definição do papel das Forças Armadas.

Segundo Alfred Stepan (1975, p. 59),

Este papel foi estabelecido em duas cláusulas básicas. A primeira afirmava que os militares constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade e funcionamento normal dos três poderes constitucionais: o executivo, o legislativo e o judiciário.

Na segunda cláusula estipulava a obediência dos militares ao executivo, mas afirmando, significativamente, que deveriam obedecer somente “dentro do limite da lei”. Com efeito, isto autorizava-os a prestar uma obediência apenas discricionária ao presidente, uma vez que ela dependia de sua decisão sobre a legalidade da ordem presidencial (STEPAN, 1975, p. 59).

A legitimidade do papel das Forças Armadas vem diretamente pela população brasileira. Em sua maioria os autores das Constituições eram civis e viam a necessidade da existência de um “quarto poder” na estrutura da República (CARVALHO, 2005, p. 42). Guaraci Silveira, um dos representantes do Partido Trabalhista, no Diário da Assembleia Constituinte de 8 de maio de 1946 disse: “Sou do parecer que devemos dar aos militares a força moral necessária para poderem reagir a ordens contrárias ao interesse nacional” (p. 1548).

No entanto, como a delegação desse papel veio dos civis, as ações militares foram sempre baseadas na legitimidade. Segundo Jurgen Habermas (1997, p. 11) “a legitimidade do Estado mede-se objetivamente no reconhecimento fático por parte dos que estão submetidos à sua autoridade. Ela pode ir da simples tolerância até o livre assentimento.” Segundo Alfred Stepan (1975 p.69), a “legitimidade implica mais do que a quantidade de pessoas em favor de uma instituição ou de um homem. Em situações de crise, muitas vezes é decisiva a qualidade e a intensidade da força de sustentação ou de oposição”. No Brasil durante o período em questão houve cinco movimentos militares, nos quais o sucesso dependia diretamente da legitimidade do movimento em oposição a legitimidade do poder executivo. Foram eles: 1945, com o fim de acabar com o Estado Novo e voltar a democracia; 1954, para retirar Vargas do poder; 1955, com o intuito de impedir a posse de Juscelino Kubistchek; 1961, para impedir que João Goulart assumisse o governo depois da renúncia de Jânio Quadros; e 1964, com o movimento cívico-militar que impediu o golpe comunista.

Nos períodos de crise, quando o chefe do Executivo não agia na legalidade, não conseguia controlar o caos instaurado ou mesmo quando os próprios governantes causavam o caos, a legitimidade deles em seus atos decrescia enquanto o clamor por uma intervenção militar aumentava. Durante todos os períodos de crise, os militares eram pressionados por vários setores da sociedade para atuarem com a finalidade de manter a ordem e garantir lei. “empregou-se sempre uma linguagem

altamente coerente e simbólica de legalidade, constitucionalidade e obrigação militar para com o país, no intuito de instigar os militares a tomar medidas políticas.” (STEPAN, 1975, p. 77).

Uma das formas de verificarmos a legitimidade dos movimentos ocorridos entre 1945 e 1964 seria observarmos os editoriais dos principais jornais brasileiros da época:

[...] os movimentos não podem ser considerados simples resposta unilateral de uma instituição militar arbitrária e independente que age em favor de suas próprias necessidades institucionais e ideológicas, mas sim uma dupla resposta de militares e civis a cisões políticas na sociedade (STEPAN, 1975, p. 66).

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo realizar um estudo sobre os feitos, o emprego e o papel do Exército Brasileiro na República de 1945, final da Segunda Guerra Mundial, até 1985, final do Regime Militar. Assim, podemos entender a relação atual entre a política e os militares.

Examinando as informações pesquisadas nos livros, jornais e entrevistas, notamos que a República brasileira dependeu de suas Forças Armadas, nesse período de Guerra Fria, para manter sua ordem e progresso.

Foi uma época bastante conturbada na história brasileira, onde o mundo vivia um confronto ideológico aberto; de um lado as nações capitalistas, baseadas na cultura ocidental, do outro os comunistas e sua sede de poder, querendo, por bem ou por mal, trazer o maior número possível de países para o seu regime. Os reflexos desse confronto foram sentidos nas terras latino-americanas e graças ao Exército de Caxias a anarquia e o caos não reinaram por aqui.

Durante esse período, os militares se preocuparam em derrotar a ameaça externa infiltrada. O combate contra os comunistas teve duas frentes, uma rural e outra urbana. Nelas, para alcançar seus objetivos, a esquerda não media esforços, mas as Forças Armadas atuaram com firmeza e exatidão, evitando que o pior acontecesse: a guerra civil.

A credibilidade dos militares não veio somente dos combates contra o inimigo, mas as ações subsidiárias também elevaram o nome do Exército. Teve início a integração da Amazônia, com a ida para aquela região do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, além da criação do “Tronco Principal Sul”. Inúmeras pontes, estradas, aeroportos e ferrovias foram construídos. Essas obras trouxeram o desenvolvimento, fazendo a população confiar cada vez mais na instituição militar. Isso garantiu a legitimidade que até hoje caracteriza o Exército.

As intervenções militares, baseadas na legalidade e na legitimidade, mostram o importante papel político dos militares na República brasileira. Nos momentos em que a política brasileira precisava de ajuda, as Forças Armadas, seguindo a lei e a vontade popular, atuou de forma decisiva, o que garantiu o funcionamento da máquina pública e fez prevalecer a paz social.

Assim, após o estudo do emprego da tropa nas missões de combate, dos feitos que trouxeram integração e desenvolvimento e do papel de mediador na República como um moderador na relação entre os três poderes, podemos concluir que não há possibilidade de analisar a história brasileira sem dar o devido crédito aos militares. Responsáveis pela ordem e pelo progresso desde Guararapes, o Exército se tornou o baluarte da República e garantidor da democracia.

## REFERÊNCIAS

AMAN. Cadeira de História Militar da AMAN. **Manual Escolar de História Militar do Brasil**. Resende, RJ: Ed. Editora Acadêmica, 2011.

\_\_\_\_\_. Cadeira de Direito da AMAN. **Apostila de Introdução ao Estudo do Direito**. Resende, RJ: Ed. Editora Acadêmica, 2015.

- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Diário da Assembleia Constituinte**. Rio de Janeiro. 8 de maio de 1946. Disponível em:  
[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20a.asp?opcao=10&selCodColecaoCsv=R&selDataIni=02%2F02%2F1946&selDataFim=21%2F09%2F1946&xDataIn=08%2F05%2F1946&xCbEvento=&xCbComissao=&xCbDoc=&xCbSubTipoDoc=&DataIn=08%2F05%2F1946&txPagina=&txSuplemento=&BtData=Pesquisa#](http://imagem.camara.gov.br/dc_20a.asp?opcao=10&selCodColecaoCsv=R&selDataIni=02%2F02%2F1946&selDataFim=21%2F09%2F1946&xDataIn=08%2F05%2F1946&xCbEvento=&xCbComissao=&xCbDoc=&xCbSubTipoDoc=&DataIn=08%2F05%2F1946&txPagina=&txSuplemento=&BtData=Pesquisa#/). Acesso em 17 de maio de 2019.
- BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:00.
- BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:03.
- BRASIL. Constituição (1946) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:04.
- BRASIL. Constituição (1967) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:05.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:20.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **C5-1: Emprego da Engenharia**, 1999.
- BRASIL, Ministério da Guerra. **Decreto nº 56.629 de 30 de julho de 1965**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56629-30-julho-1965-396966-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 de abril de 2019 às 21:00.
- BRASIL PARALELO. **1964 – O Brasil entre armas e livros**. 2019. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em 08 de abril de 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Biblioteca de Ciências Sociais, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Militares e Civis: um Debate além da Constituinte**. Águas de São Pedro, Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, 1987.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade – O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- FIGUEIREDO, Washington Machado de **História Oral da Engenharia Militar - Tomo 1**. Brasília: Departamento de Engenharia e Construção, 2014.
- HABERMAS, JURGEN, Tradução: SIEBENEICHLER, FLÁVIO BENO. **Direito e Democracia entre Facticidade e Validade – Volume 2**. Rio de Janeiro: Ed Tempo Brasileiro, 1997.
- MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil – Tentativas de Tomada do Poder**. São Paulo: Ed Schoba, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia geral da ONU **Resolução 49/60** AG Index: A/RES/49/60 Measures to eliminate international terrorism nove de dezembro de 1994. Disponível em:  
<http://www.un.org/documents/ga/res/49/a49r060.htm> Acesso em 22 de setembro 2018 às 20:00.

**Revista Aventuras na História.** São Paulo: Ed. Abril, edição 47 de julho de 2007.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na política.** São Cristóvão, RJ: Ed. Artenova, 1975.

SOBRINHO, Eduardo Jorge Martins Alves. **Entrevista concedida ao Canal Estúdio Fluxo.** Publicado em 12 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zoilldKYbfA>. Acesso em 17 maio 2019.

TAVAREZ, A. De Lyra. **Nosso Exército – Essa Grande Escola.** Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1985.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante **A Verdade sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Rio de Janeiro: Editora Ser, 2007.